



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ**  
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E  
CONTRATOS – SEÇÃO DE LICITAÇÕES

---

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ**  
**Comissão Permanente de Licitação**

---

**Portaria nº 94/2019**

**Pregão Eletrônico nº 10/2019**

**Objeto: contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção predial, mediante disponibilização de postos de trabalho.**

**Abertura da Licitação: 30/05/2019 às 14h.**

**COMUNICADO 001/2019**

Vimos pelo presente informar que o Anexo II (Proposta Detalhada) do edital da licitação em epígrafe foi substituído, considerando que foram efetuadas as seguintes alterações:

- a) Foi alterada a fórmula dos encargos sociais e do CITL.**
- b) O Anexo II supracitado foi corrigido e será vinculado conjuntamente com este comunicado, devendo os licitantes interessados utilizar o arquivo retificado.**

Atenciosamente,

**Julian Velloso Pugh**  
Pregoeiro

**Favor acusar o recebimento deste comunicado, o mais breve possível, através do email [slic@tre-pr.jus.br](mailto:slic@tre-pr.jus.br).**

ACUSAMOS O RECEBIMENTO: \_\_/\_\_/2019

EMPRESA: .....

NOME/ASSINATURA: .....

## LICITAÇÃO N.º 10/2019 (Pregão Eletrônico)

Protocolo nº 15.887/2017 (PAD)

### ABERTURA DA LICITAÇÃO

DIA 30/05/2019 às 14:00 HORAS

**1** - O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, por meio do Pregoeiro designado pela Portaria nº 94/2019 da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná – TRE/PR, torna público que fará realizar licitação, na **modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, tipo menor preço global**, que será regida pela Lei nº 10.520/02, Lei Complementar nº 123/06, pelos Decretos nº 5.450/05 e nº 8.538/2015 e, subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93, e por outras normas aplicáveis ao objeto deste certame, de acordo com o presente edital e anexos.

**1.1** - No dia **30 (trinta) de maio de 2019, às 14:00 horas**, na Sala da Comissão Permanente de Licitação, do prédio do TRE-PR, sito na Rua João Parolin nº 224, Bairro Prado Velho, CEP: 80220-902 - Curitiba/PR, será feita a abertura do certame, **exclusivamente por meio de sistema eletrônico** do Governo Federal que promove a comunicação pela Internet (*Comprasnet* - [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)).

**1.2** - Integram este edital, independente de transcrição:

- a) o Termo de Referência - Anexo I
- b) a Relação dos Fóruns Eleitorais do Interior do Estado do Paraná – Anexo II;
- c) o IMR - Instrumento de Medição de Resultado – Anexo III;
- d) a Planilha de Custo (Estimativa do TRE/PR) – Anexo IV;
- e) a Proposta Detalhada – Anexo V;
- f) o Modelo de Declaração de Opção da Sistemática de Recolhimento das Contribuições Previdenciárias – Anexo VI;
- f) a Minuta do Contrato – Anexo VII.

## 2 - DO OBJETO

**2.1** - A presente licitação visa à escolha da proposta mais vantajosa para a Administração, tendo como objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção predial, mediante disponibilização de postos de trabalho, conforme especificações descritas no Termo de Referência – Anexo I.

## 3 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO / DO CREDENCIAMENTO ESPECÍFICO PARA O PREGÃO ELETRÔNICO

**3.1** - Poderão participar deste certame as empresas que atenderem às condições deste edital, inclusive quanto à documentação, e estiverem devidamente credenciadas no sistema *Comprasnet*, cujo gerenciamento (órgão provedor do sistema eletrônico) é feito pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

**3.1.1** - A licitante deverá manter seus dados (*e-mail* e telefone para contato) rigorosamente atualizados.

**3.2** - Somente poderão participar desta licitação pessoas jurídicas legalmente estabelecidas no País, cujo objeto social, expresso no estatuto ou contrato social, especifique atividade pertinente e compatível com o objeto da presente licitação e que atendam às condições deste edital, desde que não estejam cumprindo as sanções previstas nos seguintes dispositivos:

- a) Art. 7º da Lei nº 10.520/02;
- b) Inciso III do art. 87 da Lei nº 8.666/93, quando aplicado por este Tribunal;
- c) Inciso IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93.

**3.2.1** - As condições exigidas no item 3.2 serão verificadas pelo Pregoeiro em conjunto com a documentação de habilitação.

**3.3** – Considerando o objeto a ser licitado e a natureza jurídica das cooperativas (art. 442, § único da CLT) - "inexistência do vínculo empregatício entre elas e seus associados e nem entre estes e os tomadores de serviço daquela" – há, para o presente certame, consequente impossibilidade de participação de empresas com essa natureza – cooperativa.

**3.4** - Não poderão participar desta licitação empresas que tenham em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação (art. 2º, inc. VI, da Resolução nº 7, de 18/10/2005, incluído pela Resolução nº 229, de 22/06/2016, ambas do Conselho Nacional de Justiça).

**3.4.1** - A proibição constante do item 3.4 se estende até 6 (seis) meses, contados da abertura da licitação, após a desincompatibilização do magistrado ou servidor gerador da incompatibilidade. (art. 2º, § 3º, da Resolução nº 7, de 18/10/2005, incluído pela Resolução nº 229, de 22/06/2016, ambas do Conselho Nacional de Justiça).

**3.5** - É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal (art. 3º da Resolução nº 7, de 18/10/2005, com redação dada pela Resolução nº 9, de 06/12/2005, ambas do Conselho Nacional de Justiça).

**3.6** - A licitante deverá manifestar o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação do presente edital, em campo próprio do sistema eletrônico, como requisito para participação no Pregão Eletrônico.

**3.6.1** - Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva da licitante, incluindo as transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico ou de eventual desconexão. O TRE - PR não será responsável, em nenhum caso, pelos custos de tais procedimentos.

**3.7** - A licitante deverá estar credenciada no sistema eletrônico *Comprasnet*, no site [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br).

**3.7.1** - O credenciamento far-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

**3.7.2** - O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal da licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

**3.8** - O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade da licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao TRE - PR, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

#### 4 – DO ENVIO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

**Atenção:** A licitante deverá **analisar detalhadamente** o edital (e anexos) para formular proposta/lance firme e possível de cumprimento, tendo em vista o Acórdão TCU nº 754-2015 – Plenário, que determinou instauração de processo com vistas à penalização das empresas que pratiquem, injustificadamente, ato ilegal tipificado no art. 7º da Lei nº 10.520/2002 na licitação.

**4.1** - A participação no pregão eletrônico dar-se-á por meio da digitação da senha privativa da licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, **no valor total da contratação**, a partir da divulgação do edital até a data e hora da abertura da Sessão Pública, **exclusivamente por meio do sistema eletrônico**.

**4.1.1** - Até a abertura da Sessão Pública, as licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

**4.2** - A licitante se responsabilizará por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a Sessão Pública.

**4.3** - Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a Sessão Pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

**4.4** - Os preços propostos deverão ser finais, acrescidos de todas as despesas (impostos, fretes, taxas, inclusive encargos trabalhistas, sindicais, previdenciários, sociais e outros que se fizerem necessários a perfeita execução do

contrato, bem como ao atendimento aos diplomas legais, ao Edital e seus Anexos, etc.) e conter somente duas casas decimais, não sendo admitidos valores simbólicos, irrisórios ou iguais a zero, ensejando a desclassificação.

**4.4.1** - Para a composição de preços deverão ser observados, entre outros aspectos, o pagamento de salário não inferior ao previsto na Convenção Coletiva, bem como custos adicionais que repercutam direta ou indiretamente sobre a mão de obra utilizada, tais como: vale-transporte; vale-alimentação (se previsto na Convenção Coletiva) ou outros benefícios legais ou convencionais; outros custos decorrentes do desempenho técnico, comercial, operacional, competitividade e lucro praticado pelo licitante; tributos e contribuições incidente, materiais e insumos, despesas administrativas e operacionais.

**4.5** - O **valor total máximo** estimado para a presente contratação é de **R\$ 745.888,20 (setecentos e quarenta e cinco mil, oitocentos e oitenta e oito reais e vinte centavos)**, para os 12 (doze) meses de vigência da contratação, conforme Planilha de Custo Estimativa do TRE/PR (Anexo IV), sendo:

Tipo de Posto	Quantidade de postos	Período da Contratação	Valor Mensal por posto	Valores Totais
Encarregado B 44 horas semanais (CBO 9501-05)	05	12 meses	R\$ 8.613,10	R\$ 516.786,00
Oficial Eletricista B 44 horas semanais (CBO 9511-05)	03	12 meses	R\$ 6.363,95	R\$ 229.102,20
<b>Valor total global máximo estimado da contratação</b>				<b>R\$ 745.888,20</b>

**4.5.1** – Deverá ser apresentada a proposta detalhada da composição de custos<sup>1</sup> (anexo V), devendo ser utilizada a respectiva Convenção Coletiva de Trabalho da Classe, que abranja o local da prestação dos serviços, a qual deverá ser encaminhada juntamente com a planilha (item 8.3).

**4.5.2** – A licitante que for optante pelo Simples Nacional, ao formular a proposta detalhada (Anexo V), não poderá desfrutar dos benefícios do regime de tributação do Simples em consequência do que dispõem o art. 17, inciso XII, o art. 30, inciso II, e o art. 31, inciso II, da Lei Complementar nº 123/06. Ou seja, deve apresentar sua proposta já de acordo com o regime jurídico em que será firmado o contrato.

**4.5.2.1** – Em razão do disposto no item anterior, a licitante que sagrar-se vencedora do certame, deverá, para efetivação da contratação, apresentar cópia do ofício, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a contratação de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra (situação

---

<sup>1</sup> Quanto ao preenchimento das planilhas, informamos que:

- a) Os índices deverão ser incluídos pela licitante observando-se a categoria profissional abrangida na contratação e as peculiaridades do respectivo Acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho.
- b) Quando da apresentação de índices diferentes dos apresentados na planilha paradigma, a licitante deverá apresentar a memória de cálculo referente, comprovando os valores inseridos na mesma.
- c) Alertamos para o fato de que as alíquotas da COFINS e PIS deverão corresponder ao regime tributário de cada empresa, ou seja, lucro real ou lucro presumido, conforme o caso.
- d) Não deverão constar nesta planilha despesas relativas às parcelas dos tributos IRPJ e CSLL, conforme determinado pelo Acórdão TCU-950/2007.

que gera vedação à opção pelo Simples Nacional) à Receita Federal do Brasil.

**4.5.3** - No caso de empresa que seja optante pela sistemática de contribuição previdenciária sobre a receita bruta em substituição às contribuições previdenciárias incidentes sobre a folha de pagamento (Desoneração da Folha de Pagamento), nos termos da Lei nº 12.546, de 14/12/2011, a licitante deverá encaminhar, junto com a planilha referida no item 4.5.1, declaração de opção, conforme prevê o art. 9º, § 6º, da Instrução Normativa RFB 1436, de 30/12/2013 (Modelo de Declaração – Anexo VI).

**4.5.4 - Para fins de elaboração da proposta a licitante deverá utilizar a Convenção Coletiva de Trabalho vigente na data da publicação do certame licitatório.**

**4.5.5** – Com base no resultado do laudo de periculosidade relativo às atividades desenvolvidas pelos eletricitistas, ficou definido que a Contratada deverá pagar adicional de periculosidade para todos os trabalhadores que vierem a ser alocados ao atendimento desta contratação.

#### **4.6 – Dos custos estimativos:**

##### **4.6.1 – Das horas extraordinárias (e custos delas decorrentes):**

**4.6.1.1** – Estão previstos, aproximadamente, **R\$ 202.026,00** (duzentos e dois mil e vinte e seis reais) considerando-se todo o período de vigência contratual - 12 (doze) meses, conforme item 2.2.3.1 do Termo de Referência – Anexo I.

**4.6.1.2** - Os valores gerados em decorrência da carga horária extraordinária e todos os custos dela decorrentes (como adicionais, vale refeição, transporte, entre outros), **apesar de não estarem incluídos na composição de custos da contratação** (não fazem parte do julgamento da proposta), deverão constar da planilha de custos UNITÁRIOS apresentada pela Licitante.

**4.6.2 – Das diárias:** estão previstos, aproximadamente, **R\$ 307.200,00** (trezentos e sete mil e duzentos reais) considerando-se todo o período de vigência contratual - 12 (doze) meses, conforme item 2.2.4.5.3 do Termo de Referência – Anexo I.

**4.7** - O CNPJ cadastrado no sistema *Comprasnet*, para fins de participação no certame, deverá ser o mesmo para efeito de emissão das notas fiscais/faturas para posterior pagamento.

**4.7.1** - Caso a licitante vencedora não possa emitir as notas fiscais/faturas com o mesmo CNPJ habilitado na licitação, poderá fazê-lo por meio de outra unidade (matriz ou filial) da mesma empresa. Nesse caso, ambos os CNPJs deverão estar com a documentação fiscal regular.

**4.8** - Serão irrelevantes quaisquer ofertas que não se enquadrem nas especificações exigidas ou anexos não solicitados, considerando-se que pelo preço proposto a empresa obrigará-se à prestação dos serviços descritos neste edital.

**4.9** - As propostas terão eficácia de 60 (sessenta) dias, de acordo com o art. 6º da Lei nº 10.520/2002.

**4.10** - Em razão do descritivo do Sistema *Comprasnet* (também reproduzido no documento “Relação de Itens”) não possuir o mesmo nível de detalhamento do objeto do certame, as propostas deverão atender às especificações técnicas dispostas no descritivo constante do Termo de Referência (Anexo I) deste Edital.

**4.11** - Será solicitado, nesta fase, o envio eletrônico das declarações de inexistência de fato superveniente referente à habilitação, de que a empresa não emprega menor e de atendimento aos requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso (conforme item 9.3 “a”).

**4.12** - As declarações citadas no item anterior só serão visualizadas pelo Pregoeiro na fase de habilitação.

## **5 - DA ABERTURA DAS PROPOSTAS/SESSÃO PÚBLICA**

**5.1** - O Pregoeiro iniciará a Sessão Pública na data e horário previstos neste edital, via sistema eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas, no prazo avençado, as quais deverão estar em perfeita consonância com as especificações detalhadas no presente edital.

## **6 - DA CLASSIFICAÇÃO INICIAL DAS PROPOSTAS**

**6.1** - Após a abertura da Sessão, o Pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente e registrando no sistema, aquelas que não estiverem em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

**6.2** - Somente as licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.

**6.2.1** - Nesta fase o Pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance de valor considerado inexequível.

## **7 - DA FORMULAÇÃO DE LANCES**

**7.1** - A partir do início da Sessão Pública, as licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo a licitante imediatamente informada do seu recebimento e respectivo horário do registro e valor.

**7.1.1** - Os lances serão ofertados pelo **valor TOTAL da contratação**.

**7.2** - As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.

**7.2.1** - A licitante só poderá ofertar lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.



**7.3** - Em havendo dois ou mais lances de igual valor, prevalecerá aquele que for registrado em primeiro lugar.

**7.4** - No transcurso da Sessão Pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor dos 5 (cinco) menores lances registrados.

**7.5** - A etapa de lances será encerrada por decisão do Pregoeiro, que comunicará às licitantes, iniciando o tempo de espera determinado. Depois de expirado esse tempo, o sistema ainda abrirá o tempo randômico em que as empresas poderão oferecer lances, cujo encerramento dar-se-á aleatoriamente pelo sistema, em no máximo 30 (trinta) minutos.

**7.6** - No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

**7.6.1** - Quando a desconexão persistir, a Sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente após a comunicação expressa aos participantes.

**7.7** - Os preços apresentados deverão ser compatíveis com a conjuntura do mercado, sendo que a apresentação da proposta implica a aceitação de todas as condições deste edital.

## **8 - DA ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS**

**8.1** - Caso haja propostas apresentadas por microempresas ou empresas de pequeno porte, iguais ou até 5% superiores à proposta detentora do melhor lance e não sendo esta ME ou EPP, será assegurada preferência de contratação, respeitado o que segue:

- a) A microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada, poderá apresentar proposta de preço inferior àquela detentora do melhor lance, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos, após o encerramento dos lances, controlados pelo sistema, sob pena de preclusão.
- b) Caso o lance ofertado, conforme condições do item 8.1 'a', seja inferior ao menor lance original, o objeto será adjudicado em favor da microempresa ou empresa de pequeno porte, se habilitada.
- c) Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte na forma do subitem anterior, serão convocadas as demais ME e EPP que se enquadrem na condição prevista, na ordem classificatória, para a manifestação do mesmo direito.
- d) Caso o empate persista até o encerramento do item, o Sistema fará um sorteio eletrônico entre os fornecedores envolvidos, definindo e convocando automaticamente a vencedora para o encaminhamento da oferta final de desempate.
- e) Na hipótese da não contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte nos termos previstos neste Edital, o objeto será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame, desde que sejam atendidos os demais

requisitos.

**8.2** - O Pregoeiro efetuará a aceitação, classificando a proposta de menor preço, após o encerramento da etapa de lances, podendo encaminhar pelo sistema eletrônico contrapropostas, diretamente à licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor.

**8.2.1** - Para a aceitação da proposta, a licitante deverá atentar para o fato de que todos os valores (unitários, mensais e totais) deverão conter, OBRIGATORIAMENTE, apenas duas casas decimais.

**8.2.2** - Caso a proposta da licitante não contenha apenas duas casas decimais, o Pregoeiro efetuará a divisão para que se obtenha a referida adequação.

**8.3** - A licitante classificada em primeiro lugar deverá encaminhar, em até 2 (duas) horas, contadas da solicitação do Pregoeiro, a **Proposta Detalhada – Anexo V**, devidamente adequada ao lance final e acompanhada da CCT (Convenção Coletiva) ou Acordo que embasou sua elaboração e que abranja o local da prestação dos serviços, incluindo-a como anexo no sistema *Comprasnet*.

**8.3.1** – A licitante deverá encaminhar o documento constante no item 8.3 devidamente configurado e em formato para impressão.

**8.3.2** - Quando da apresentação de índices diferentes dos apresentados na planilha paradigma, a licitante deverá apresentar a respectiva memória de cálculo, comprovando os valores inseridos na mesma.

**8.3.3** - O Pregoeiro poderá exigir justificativa do valor ou percentual de qualquer componente da planilha de custo de formação de preços apresentada pela licitante, inclusive as readequações que se fizerem necessárias para aceitação da proposta, nos termos dos artigos 7.8, 7.9 e 9.4 "a" do Anexo VII-A da IN 05/2017/MPDG<sup>2</sup>.

**8.3.4** - O não encaminhamento da proposta detalhada ou sua não aprovação ensejará à desclassificação, sendo convocada a licitante classificada em 2º lugar para atender ao disposto acima e assim sucessivamente.

**8.4** - Na hipótese da proposta ou do lance de menor valor não ser aceito ou se a licitante vencedora desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a sua habilitação na ordem de classificação, segundo o critério do **menor preço** e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital.

---

<sup>2</sup> Art. 7.8 - Quando a modalidade de licitação for pregão, realizado na forma eletrônica, a planilha de custos e formação de preços deverá ser entregue e analisada no momento da aceitação do lance vencedor.

Art. 7.9 – Erros no preenchimento da planilha não são motivos suficientes para a desclassificação da proposta, quando a planilha puder ser ajustada sem a necessidade de majoração do preço ofertado, e desde que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

Art. 9.4. – Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do § 3º do art. 43 da Lei nº 8.666/93, para efeito de comprovação de sua executabilidade, podendo ser adotado, dentre outros, os seguintes procedimentos:

a) questionamento junto à proponente para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexecutabilidade.

**8.4.1** - Ocorrendo a hipótese anterior, o Pregoeiro poderá, ainda, negociar com a licitante, no sentido de se obter preço melhor.

**8.5** – Serão desclassificadas as propostas de preços que:

a) não atenderem às exigências deste edital;

b) apresentarem, após a fase de lances ou negociação, valores superiores aos estabelecidos para a presente contratação ou preços manifestamente inexequíveis.

**8.5.1** – Considerar-se-ão preços manifestamente inexequíveis, de que trata o item anterior, aqueles que, comprovadamente, forem insuficientes para a cobertura dos custos decorrentes da contratação pretendida.

**8.5.2** – Havendo indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do § 3º do art. 43 da Lei nº 8.666/93, para efeito de comprovação de sua exequibilidade.

**8.5.3** – A inexequibilidade dos valores referentes a itens isolados da planilha de custos e formação de preços não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta, desde que não contrariem exigências legais.

## **9 - DA HABILITAÇÃO**

**9.1** - Em conjunto com o exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, conforme disposto no item 3.2, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

**9.1.1** - SICAF;

**9.1.2** - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/sancoes/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/sancoes/ceis));

**9.1.3** - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).

**9.1.4** - Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU (<http://portal.tcu.gov.br/responsabilizacao-publica/licitantes-inidoneos/>);

**9.1.5** - Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

**9.2** - Para habilitação na presente licitação, a licitante deverá estar cadastrada no SICAF, com a documentação regularizada, comprovando regularidade para com a Fazenda Federal, Seguridade Social, Fundo de Garantia por

Tempo de Serviço e Justiça do Trabalho, nos termos do artigo 29 da Lei nº 8.666/93, sendo que a comprovação desta habilitação será obtida *on line* pelo Pregoeiro, que verificará a validade dos documentos.

**9.2.1** - Caso conste no cadastro do SICAF algum documento habilitatório com data de validade expirada, o Pregoeiro poderá consultá-lo nos sítios das entidades responsáveis pelo referido tributo.

**9.2.1.1** – Caso o Pregoeiro não logre êxito em obter a certidão correspondente por meio do sítio oficial, ou na hipótese de ela se encontrar vencida no referido sistema, o licitante será convocado a anexar, em campo próprio do Sistema *Comprasnet*, no prazo de 02 (duas) horas a contar da solicitação, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação<sup>3</sup>.

**9.2.2** - Para as microempresas e empresas de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período a critério da Administração Pública, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. Os documentos originais, comprobatórios da regularização, deverão ser protocolados em até 2 (dois) dias úteis neste Tribunal.

**9.2.2.1** - A não-regularização da documentação, no prazo previsto acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

**9.3** - Além do cadastro no SICAF, exigir-se-á das licitantes:

a) Declaração do cumprimento ao disposto no artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, quanto à proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito anos e qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, declaração de atendimento aos requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, e declaração de cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, com atendimento às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991 (tal exigência será feita no momento da elaboração e envio da proposta, por meio eletrônico, conforme item 4.11).

b) Atestado(s) de capacidade técnica em nome da licitante, emitido por entidade de direito público ou privado, comprovando que a empresa prestou serviços de manutenção predial, especialmente serviços de elétrica e hidráulica. Deverá estar atestada a qualidade dos serviços, sem qualquer ressalva prejudicial.

b.1) Ao TRE/PR será reservado o direito de efetuar diligências a fim de averiguar a veracidade do(s) atestado(s) apresentado(s).

---

<sup>3</sup> Conforme IN 03/2018 SICAF.

c) Balanço patrimonial do último exercício social, comprovando que possui:

c.1) Capital Circulante Líquido – CCL ou Capital de Giro (ativo circulante – passivo circulante) no valor mínimo de 16,66% (dezesseis vírgula sessenta e seis por cento) do valor estimado para a contratação, o que corresponde a R\$ 124.264,97 (cento e vinte e quatro mil, duzentos e sessenta e quatro reais e noventa e sete centavos).

c.2) Patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado para a contratação, o que corresponde a R\$ 74.588,82 (setenta e quatro mil, quinhentos e oitenta e oito reais e oitenta e dois centavos).

d) Certidão negativa de efeitos de falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, datada dos últimos 180<sup>4</sup> (cento e oitenta) dias até a data de abertura do certame.

e) Prova de registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente (CREA/CAU), dentro do prazo de validade, onde constem seus responsáveis técnicos.

f) Indicação de pelo menos 01 (um) Engenheiro Civil/Eletricista ou Arquiteto, o qual será o responsável técnico e assumirá a supervisão dos serviços contratados, por meio de documento assinado por representante legal da empresa e mediante a apresentação de Contrato de Prestação de Serviços, Carteira de Trabalho ou, ainda, em sendo proprietário, Contrato Social (Art. 30, §1º, inciso I – capacitação técnico-profissional).

**9.3.1** - A licitante cuja proposta tenha sido aceita, deverá encaminhar, em até 2 (duas) horas a partir da solicitação do Pregoeiro, o(s) documento(s) exigido(s) nos item 9.3 “b”, “c”, “c1”, “c2”, “d”, “e” e “f” incluindo-o(s) como anexo no Sistema *Comprasnet*.

**9.3.2** – O(s) documento(s) original(is) relativo(s) aos subitens “b”, “c”, “c1”, “c2”, “d”, “e” e “f” referidos no item anterior deverá(ão) ser protocolado(s) neste Tribunal em, no máximo, 2 (dois) dias úteis após solicitação feita pelo Pregoeiro.

**9.3.2.1** – A documentação solicitada no item acima deverá ser enviada, com remetente devidamente identificado, contendo as informações abaixo:

a) Parte da frente (destinatário):

AO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO  
PARANÁ  
A/C PREGOEIRO/EQUIPE DE APOIO  
Referente ao Pregão Eletrônico xx/2019  
Rua João Parolin, 224 Bairro Prado

b) Parte de trás (remetente):

Razão Social da Empresa  
CNPJ da Empresa  
Endereço completo

<sup>4</sup> Conforme Decreto nº 84.702 de 13 de maio de 1980.

**9.3.2.2** – Excepcionalmente, caso a licitante não consiga protocolar a documentação no prazo previsto no item 9.3.3, mas comprove a postagem dentro de referido prazo, será considerada habilitada, devendo ser juntado o original quando do seu recebimento.

**9.4** - Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste edital e seus anexos, o Pregoeiro considerará a licitante inabilitada, a qual poderá sofrer as sanções cabíveis.

## **10 – DOS DOCUMENTOS A SEREM ENTREGUES APÓS A ASSINATURA DO CONTRATO**

**10.1** – Comprovação, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a partir da assinatura do contrato, dos requisitos constantes nas alíneas “a” e “b” do item 2.3.4.2 do Termo de Referência – anexo I.

## **11 - DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO**

**11.1** - Até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para a abertura da Sessão Pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão, na forma eletrônica, por meio do e-mail [cpl@tre-pr.jus.br](mailto:cpl@tre-pr.jus.br) sendo necessário que o arquivo seja encaminhado na extensão “.doc”, possibilitando a inserção no sistema *Comprasnet* pelo Pregoeiro.

## **12 - DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA**

**12.1** - A despesa com a presente licitação correrá à conta do Programa de Trabalho – Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral. Categoria Econômica: Custeios.

**12.2** - Após a indicação da empresa vencedora pelo Pregoeiro e Equipe e devidamente autorizada pela Diretoria-Geral, a Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade procederá à emissão da NOTA DE EMPENHO, para formalizar o contrato pertinente.

**12.2.1** - A empresa vencedora, logo após a adjudicação, deverá obrigatoriamente, enviar e-mail à [scon@tre-pr.jus.br](mailto:scon@tre-pr.jus.br), informando o número do pregão, o telefone, o e-mail, o nome do Representante Legal e o número do CPF de quem assinará o contrato.

**12.3** - Após cumprimento, pela empresa vencedora, ao estabelecido no item 12.2.1, o TRE-PR - SCON convocará a empresa vencedora para assinar o Contrato, concedendo-lhe o prazo de 3 (três) dias úteis, a contar da intimação do ato, sob pena de decair o direito à contratação, independentemente das penalidades cabíveis.

## **13 - DA ATA COMPLEMENTAR**

**13.1** - Na hipótese de a empresa vencedora não aceitar a nota de

empenho pertinente, não assinar o contrato ou se recusar a cumprir o objeto nos termos definidos no edital, será possível, mediante a geração de Ata Complementar, a aplicação do procedimento previsto no artigo 4º, incisos XVI e XXIII da Lei nº 10520/02.

**13.2** - A empresa classificada em 1º lugar, inadimplente, não estará isenta das penalidades previstas no edital.

#### **14 - DA GARANTIA (Art. 56 da Lei nº 8.666/93) E DA CONTRATAÇÃO**

**14.1** - As obrigações decorrentes desta licitação a serem firmadas entre o Tribunal e a licitante vencedora serão formalizadas por meio de Contrato, observando-se as condições estabelecidas neste edital, a legislação vigente e a proposta vencedora.

**14.2** - Impreterivelmente, em até 15 (quinze) dias úteis após a assinatura do contrato, a empresa deverá apresentar garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total da contratação, com vigência de 3 (três) meses além da vigência contratual, conforme § 2º do art. 56 da Lei nº 8666/93, cabendo à empresa optar por uma das seguintes modalidades:

I - Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, devendo estes terem sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

II - Seguro garantia.

III - Fiança bancária.

**14.2.1-** O Seguro garantia ou a fiança bancária deverá ter número, nome do banco emitente, valor declarado, prazo de validade e número do acordo a ser assinado.

**14.2.2-** Não será aceita garantia na modalidade CARTA FIANÇA emitida por instituições fiduciárias mercantis, não bancárias e não autorizadas pelo Banco Central do Brasil.

**14.2.3** - A licitante vencedora deverá tomar as providências necessárias à apresentação da garantia com vistas ao cumprimento do prazo estabelecido no item 14.2, sendo que, uma vez não cumprido rigorosamente o prazo concedido, a empresa estará sujeita às penalidades cabíveis.

**14.2.4** – A Garantia Contratual deverá abranger cobertura de **EXECUÇÃO CONTRATUAL, VERBAS TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS**, sendo que, deverá estar de forma expressa na apólice a previsão destas coberturas, sob pena de recusa por este Tribunal.

**14.2.5** - As garantias estabelecidas no item 14.2 deverão ser emitidas em real com vigência de 3 (três) meses além da vigência contratual, permitindo assim que a Administração conclua todas as verificações necessárias quanto ao fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais.

**14.2.5.1** - A devolução da garantia fica condicionada ao pleno cumprimento de todas as obrigações contratuais, incluindo a comprovação pela Contratada da inexistência de débitos trabalhistas em relação aos empregados que atuaram na execução do objeto.

**14.3** - A liberação será feita pelo GESTOR DO CONTRATO em até 10 (dez) dias após a comprovação do pagamento de salários, rescisão contratual e demais verbas trabalhistas.

**14.4** - No caso de o contrato ser prorrogado ou acrescido, a empresa deverá prorrogar ou acrescer a garantia conforme o caso, no prazo de até 10 (dez) dias após solicitação pela Seção de Contratos deste TRE.

## **15 - DO PAGAMENTO**

**15.1** - O pagamento do objeto da presente licitação será efetuado conforme disposições constantes do contrato (minuta anexa).

## **16 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**16.1** – Durante a fase externa da licitação<sup>5</sup>, as licitantes estarão sujeitas à(s) penalidade(s) prevista(s) no art. 7º da Lei nº 10.520/2002, que dispõe que: *"quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º desta Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais."*

**16.2** - As licitantes que praticarem as seguintes condutas, injustificadamente, estarão sujeitas à sanção de impedimento de licitar e contratar com a União, citada no item anterior, pelo prazo a seguir fixado:

- a) Solicitar a desclassificação de sua proposta, após a etapa de lances: 1 (um) mês;
- b) Deixar de entregar documentos exigidos na fase de aceitação da proposta: 2 (dois) meses;
- c) Deixar de entregar documentos durante a fase de habilitação: 3 (três) meses.

**16.2.1** - Poderá ser aplicada a penalidade de advertência às faltas leves, de menor gravidade, que não acarretarem prejuízo de monta ao interesse do serviço.

**16.2.2** - Reputar-se-ão comportamentos inidôneos, para os fins do disposto no art. 7º da Lei nº 10.520/2002, atos como os descritos nos artigos 90, 92, 93, 94, 95, 96 e 97 da Lei nº 8.666/93.

---

<sup>5</sup> Conforme entendimento firmado pelo TCU, no Acórdão nº 754/2015 – Plenário.



**16.3** - Nos termos da Lei nº 8.666/93 e da Lei nº 10.520/02, fica a licitante vencedora sujeita às penalidades previstas na minuta do Contrato (anexa a este edital).

**16.4** - Pela recusa em assinar o instrumento contratual, a licitante vencedora estará sujeita à aplicação de multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total homologado.

**16.5** – As multas imputadas à Contratada cujo montante seja superior ao mínimo estabelecido pelo Ministério da Fazenda<sup>6</sup> e não pagas no prazo concedido pela Administração, serão inscritas em Dívida Ativa da União e cobradas com base na Lei nº 6.830/80, sem prejuízo da correção monetária pelo IGP-M ou outro índice que por ventura venha a substituí-lo.

## **17 - DOS RECURSOS**

**17.1** - Das decisões proferidas pelo Pregoeiro, caberão recursos nos termos do art. 26 e parágrafos do Decreto nº 5.450/05.

**17.2** - A empresa licitante poderá apresentar razões do recurso no prazo de 3 (três) dias, no momento da divulgação do vencedor desde que manifestada imediata e motivadamente a intenção de recorrer, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista dos autos, na Sala de Licitações do prédio do TRE/PR.

**17.2.1** - Os procedimentos citados no item anterior serão realizados exclusivamente no âmbito do sistema eletrônico.

**17.3** - A falta de manifestação imediata e motivada importará na decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pelo Pregoeiro ao vencedor.

**17.4** - O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

**17.5** - Os recursos administrativos correspondentes à fase contratual correrão de acordo com os procedimentos especificados no art. 109 da Lei nº 8.666/93.

## **18 - DISPOSIÇÕES GERAIS**

**18.1** – Tanto no julgamento quanto na habilitação das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, nos termos do § 3º do art. 26 do Decreto nº 5.450/2005.

**18.2** - Caso não seja possível anexar no sistema os documentos solicitados durante as fases de aceitação e habilitação, estes poderão ser enviados por meio do *email* [cpl@tre-pr.jus.br](mailto:cpl@tre-pr.jus.br).

---

<sup>6</sup> Art. 1º, inc. I, da Portaria n.º 75, do Ministério da Fazenda, publicada em 22/03/2012.

**18.3** - Para efeito de envio de documentos a serem inseridos no sistema *Comprasnet*, considera-se o horário de funcionamento deste Tribunal (12h às 19h).

**18.4** - Este Tribunal reserva-se o direito de optar pela adjudicação à empresa colocada em segundo lugar, e assim, sucessivamente, se a primeira colocada não apresentar os documentos exigidos ou não atender as qualificações do presente edital, sujeitando-se a empresa recusante às penalidades legais cabíveis.

**18.5** – O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná poderá anular ou revogar a presente licitação, no todo ou em parte, conforme previsto em lei.

## **19 - INFORMAÇÕES**

**19.1** - Será possível a realização do *download* de todos os arquivos pertinentes a este edital por meio da *internet*, *home page*: [www.tre-pr.jus.br](http://www.tre-pr.jus.br).

**19.2** - Outras informações e esclarecimentos relativos à licitação e condições poderão ser obtidos na Rua João Parolin, 224, Sala de Licitações, ou ainda:

- Pregoeiro/Equipe de Apoio: pelo telefone (41) 3330-8741/8730 ou *e-mail* [cpl@tre-pr.jus.br](mailto:cpl@tre-pr.jus.br);
- Seção de Licitações: pelos telefones (41) 3072-4796/3330-8598/3330-8450/3330-8753/ ou *e-mail* [slic@tre-pr.jus.br](mailto:slic@tre-pr.jus.br).

**19.3** - O horário para atendimento é de segunda a sexta-feira das 12h às 19h.

Curitiba, 17 de maio de 2019.

**Julian Velloso Pugh**

Pregoeiro

## **ANEXO I**

### **TERMO DE REFERÊNCIA**

#### **1 – DO OBJETO**

**1.1** – Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção predial preventiva e corretiva, mediante disponibilização de postos de trabalho com fornecimento de equipamentos, ferramentas e materiais.

**1.1.1 – Do local da prestação dos serviços:** prédios da Justiça Eleitoral do Paraná, próprios, cedidos ou locados, localizados na Região Metropolitana de Curitiba, no litoral, no interior e, eventualmente, na capital do estado. A relação dos Fóruns Eleitorais do interior e litoral consta no anexo II.

**1.2 -** A presente contratação terá vigência pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada até 60 (sessenta) meses, ou rescindida antecipadamente a critério da Administração. Nesse período os custos da contratação relativos aos equipamentos e ferramentas serão lançados na modalidade depreciação.

## **2 – DOS POSTOS DE TRABALHO**

**2.1 – Dos quantitativos e classificação dos postos a serem alocados:**

- a) 05 (cinco) postos de trabalho de Encarregado B (CBO 9501-05);
- b) 03 (três) postos de trabalho de Oficial Eletricista B (CBO 9511-05).

**2.1.1. -** No período de recesso deste Tribunal, de 20 (vinte) de dezembro de um ano a 06 (seis) de janeiro do ano seguinte, a equipe será reduzida em 50% (cinquenta por cento). O faturamento desse período será proporcional aos postos em efetiva atividade. Permanecerão em atividade no período de recesso:

- a) 02 (dois) postos de trabalho de Encarregado B
- b) 02 (dois) postos de trabalho de Oficial Eletricista B.

**2.1.2 -** O pagamento dos valores correspondentes aos postos de trabalho ocorrerá proporcionalmente à sua efetiva implementação.

**2.2 – Da carga horária, horário de trabalho e horas extraordinárias:**

**2.2.1 -** Para todos os postos a carga horária a ser cumprida é de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, com intervalo intrajornada de no mínimo 1 (uma) hora, em turnos diurnos ou noturnos, a critério do CONTRATANTE, para atender necessidade de serviço.

**2.2.2 -** O horário de expediente do TRE-PR em todas as unidades é das 12:00 horas às 19:00 horas, de segunda à sexta-feira, porém, devido aos deslocamentos que na maioria das vezes devem ser iniciados no período da manhã para melhor aproveitamento do tempo, o horário de trabalho terá início às 09:00h.

**2.2.2.1 -** No caso de execução de serviços em horário diverso do expediente no Fórum, o responsável local será contatado pela seção gestora do contrato, a fim de possibilitar a entrada e permanência dos profissionais no imóvel, no horário acordado.

**2.2.3 – Previsão de Horas Extraordinárias:** Com essa quantidade de postos de trabalho e diante da crescente demanda, faz-se necessária a previsão de horas extraordinárias para atender, além de eventuais serviços, os deslocamentos em horários diferenciados visando o melhor aproveitamento do período de expediente normal de trabalho do TRE para as atividades de manutenção predial.

**2.2.3.1 – Está prevista a realização de horas extraordinárias nos quantitativos abaixo:**

- a) Encarregado B – 50 (cinquenta) horas/mês de 50%;
- b) Oficial Eletricista B - 50 (cinquenta) horas/mês de 50%.

**2.2.3.2 -** Serão pagas somente as horas extras cuja necessidade tenha sido comunicada formalmente.

**2.2.3.3 –** Se Convenção Coletiva de Trabalho da categoria dispuser sobre acordo para compensação de horas, sugere-se adotar essa modalidade, excepcionalmente, se e quando houver necessidade.

**2.2.3.4 -** Os serviços prestados após as 22 (vinte e duas) horas deverão ser pagos, com adicional noturno, de acordo com as normas trabalhistas vigentes e disposições da Convenção Coletiva

#### **2.2.4 – Do deslocamento e diárias:**

**2.2.4.1 -** O transporte da residência do funcionário até a sede do TRE-PR (em Curitiba), bem como da sede do TRE-PR até a residência, ficará a cargo da Contratada.

**2.2.4.2 -** O transporte da sede do TRE-PR (em Curitiba) até o local da prestação do serviço e o respectivo retorno, será de responsabilidade do TRE-PR.

**2.2.4.3 -** No retorno da viagem o veículo oficial utilizado deverá ser recolhido ao estacionamento do TRE, sendo expressamente proibida a permanência do veículo na residência do funcionário, antes ou depois do deslocamento.

**2.2.4.4 -** Os atendimentos emergenciais ocorrerão por meio de desvio de rota da equipe que estiver mais próxima do evento de manutenção emergencial. Na ocasião serão alterados os roteiros pertinentes, pela gestão do contrato do TRE, e de imediato informados os responsáveis locais do novo cronograma, por e-mail e publicação do documento na intranet.

**2.2.4.4.1 -** Os deslocamentos das equipes normalmente formadas por duplas, para cumprimento dos roteiros e atendimentos emergenciais, são efetuados em veículos oficiais, supridos com equipamentos, ferramentas e materiais necessários para as manutenções.

**2.2.4.4.2 -** O profissional Encarregado B, que também atua como motorista, é o responsável pelo veículo e deve observar, e providenciar o encaminhamento dos mesmos, em tempo hábil, para as manutenções preventivas e corretivas, que será ao encargo do TRE/PR, assim como o preenchimento do controle de movimentação que deve ser apresentado ao setor responsável.

**2.2.4.5 -** Além de disponibilizar o transporte até o local da prestação dos serviços, o TRE/PR comunicará a contratada da necessidade do deslocamento. A empresa deverá antecipar ao empregado, com no mínimo 24 (vinte e quatro) horas de antecedência do início do deslocamento, o valor das diárias do

período, necessário para cobrir as despesas com alimentação e hospedagem.

#### **2.2.4.5.1 - Nenhum desconto incidirá sobre o valor da diária**

**2.2.4.5.2 - Mensalmente**, a contratada deverá apresentar ao gestor da contratação os comprovantes dos depósitos bancários correspondentes às diárias antecipadas aos funcionários conforme item anterior, relacionados individualmente, fazendo constar os períodos de deslocamentos, as quantidades de diárias e os valores correspondentes, para o respectivo pagamento pela Contratante.

**2.2.4.5.3** - O valor da diária será de **R\$ 160,00** (cento e sessenta reais) no caso de pernoite, e 50% desse valor, isto é, **R\$ 80,00** (oitenta reais) no dia de retorno e nas hipóteses em que a ida e volta aconteçam no mesmo dia. Para as cidades que compõem a Região Metropolitana de Curitiba não haverá pagamento de diárias.

**2.2.4.5.3.1** – Estão previstas 20 (vinte) diárias por mês por posto para o período da contratação.

### **2.3 – Requisitos Específicos dos Postos de Trabalho:**

**2.3.1 - Encarregado B:** Deverá ter capacidade de executar todos os serviços, especificados neste documento, bem como de conduzir a equipe de trabalho, ter ampla experiência em serviços de manutenção elétrica, conhecimentos básicos em telecomunicações, CFTV, alarmes eletrônicos, e dirigir veículo de propriedade do TRE/PR, transportando pessoal, materiais e equipamentos, efetuando anotações e controle, relativos aos serviços contratados. Para tanto, deverá possuir Carteira Nacional de Habilitação – Categoria C.

**2.3.2 - Oficial Eletricista B:** Deverá ter capacidade de executar todos os serviços especificados neste documento, ter experiência em pelo menos uma das áreas de manutenção: elétrica, instalação telefônica, manutenção hidráulica e sanitária, bem como habilidades e criatividade para resolver serviços gerais de manutenção. Considerando a possibilidade de dirigir veículo de propriedade do TRE/PR, deverá possuir Carteira Nacional de Habilitação Categoria C.

**2.3.3 - Todos os profissionais devem ter disponibilidade para constantes deslocamentos ao interior do Estado do Paraná.**

**2.3.4** - Os funcionários, devidamente identificados, deverão:

**2.3.4.1** – Comprovar, por meio de certificados de cursos e/ou registros na Carteira de Trabalho, no início da prestação dos serviços, as condições abaixo elencadas:

- a) mínimo 1º grau completo;
- b) curso específico de trabalho em altura, obedecendo as NR06, NR18 e NR35;
- c) conhecimentos e experiência em instalações telefônica, lógica e hidráulica;
- d) conhecimentos básicos e experiência em reparos de cabeamento estruturado e afins;
- e) conhecimentos básicos de obras civis, carpintaria, marcenaria, sistema de prevenção de incêndio e funcionamento de gerador.
- f) conhecimentos e experiência em manutenção de áreas verdes e afins;

- g) conhecimentos e experiência em manutenção de caixas d'água e afins;
- h) conhecimentos e experiência no manuseio de dispositivos eletrônicos portáteis (notebook/tablet).

**2.3.4.2 –** Comprovar, por meio de certificados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após o início da vigência do contrato, a participação nos seguintes cursos:

- a) Curso técnico em eletricidade predial e/ou industrial em categoria de baixa e média tensão, de no mínimo 80 (oitenta) horas;
- b) Curso "Data Cabling System e Fluke Networks Metalic Cable Test", teoria e prática, carga horária de 24 (vinte e quatro).

**2.3.4.3 –** Durante toda a vigência contratual:

- a) demonstrar iniciativa e criatividade;
- b) demonstrar controle emocional e capacidade para enfrentar e/ou solucionar situações de emergência;
- c) demonstrar organização profissional, eficiência e comprometimento com o trabalho;
- d) demonstrar agilidade no desempenho de suas funções, sem contudo, afetar a qualidade exigida para os serviços desempenhados.
- e) tratar as pessoas com urbanidade, demonstrando educação e sociabilidade no trato com as pessoas;
- f) trajar uniforme completo durante toda a jornada de serviço;
- g) evitar conversas particulares ao telefone;
- h) manter sigilo quanto às informações que porventura tenham obtido quando do desempenho das suas funções, sob pena de advertência, suspensão e devolução à CONTRATADA;
- i) preencher corretamente as ordens de serviço, formulários e afins.

### **3 – DAS ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS**

#### **3.1 – Das rotinas de manutenção:**

**3.1.1 – Manutenções preventivas:** são periódicas e programadas, obedecendo roteiros previamente elaborados.

#### **3.1.2 – Manutenções corretivas:**

- a) Emergenciais: geralmente são atendidas sob demanda, de imediato, por meio de deslocamento de equipe disponível na capital ou em trânsito nas proximidades do evento.
- b) Não emergenciais: são programadas.

**3.2 –** Os roteiros de manutenção, são elaborados para cada período de 04 (quatro) meses, de forma que todos os Fóruns sejam visitados no mínimo 03 (três) vezes durante o ano, buscando manter os imóveis sempre em perfeitas condições de utilização, visando o bem estar dos usuários e maior vida útil e proteção do patrimônio público.

### 3.3 - Descrição das atividades principais a serem realizadas:

#### 3.3.1 - Serviços de Eletricidade, de Telefonia e de Lógica

01	Reparos, instalações elétricas e telefônicas
02	Montagem e desmontagem de quadros elétricos, com troca de disjuntores e barramentos
03	Manutenção preventiva e corretiva nas linhas de distribuição de tensão elétrica e rede telefônica
04	Manutenção de iluminação: instalação, reparação, substituição de luminárias, lâmpadas, suporte para lâmpadas, reatores e outros
05	Instalação e remanejamento de interruptores, motores elétricos, tomadas monofásicas, bifásicas e trifásicas
06	Reparos nas linhas telefônicas da rede interna, conserto e substituição de partes danificadas e desgastadas
07	Ativação e desativação de linhas telefônicas, realização de testes de pares na caixa de distribuição da rede interna
08	Instalação, remanejamento e substituição de aparelhos telefônicos e acessórios
09	Verificação e correção de pontos de sinal lógicos defeituosos;
10	Identificação, ativação e distribuição de pontos de sinal lógico e de telefone
11	Colocação, fixação e reparação de quadros de distribuição, disjuntores, caixas de fusíveis, interruptores e pontos de consumo elétrico e ligação dos diversos componentes do conjunto
12	Instalação de eletrodutos (tubos isolantes), cortes e dobras (preparação prévia) para colocação em funcionamento a fiação elétrica e telefônica
13	Manutenção da parte elétrica de bombas d'água e similares
14	Lançamentos de cabos elétricos e telecomunicação
15	Manutenção preventiva e corretiva do SPDA (para-raios)
16	Manutenção preventiva e corretiva de luminárias de emergência (baterias)
17	Manutenção de minuteiros (sensor de presença)
18	Interpretação de desenhos e diagramas elétricos
19	Lançamento de cabos de rede
20	Crimpagem de cabos e tomadas
21	Qualificação e quantificação de materiais necessários ao serviço

**3.3.1.1** – Para atendimento das demandas relacionadas à Seção de Rede, será promovido curso de capacitação a todos os componentes da equipe, bem como será providenciada a aquisição de equipamentos específicos necessários às atividades da área, afora as ferramentas comuns que farão parte da presente contratação.

#### 3.3.2 - Serviços Hidráulicos e Sanitários

01	Manutenção preventiva e corretiva nas instalações tubulares de distribuição de água e escoamento de esgotos
02	Desentupimentos em tubulações sanitárias e de esgoto de pequena complexidade
03	Corte, preparo e ajuste de canos, condutores e tubulações para água e esgoto de pequenas proporções
04	Reparos e substituição de válvulas e registros

05	Verificação e correção de vazamentos e entupimentos
06	Verificação, regulagem e troca de válvula de admissão (bóia)
07	Verificação do estado de limpeza e ventilação da casa de bombas
08	Verificação do nível do reservatório de água
09	Desentupimento e substituição de vasos sanitários, lavatórios, pias, bebedouros, mictórios e tubulações e acessórios (assentos, saboneteiras, papeleiras, dispenser)
10	Rejunte de pias e peças sanitárias e acessórios
11	Desobstrução e reparos de ralos, caixa de esgoto e caixa de gordura
12	Reparação de redes de sprinklers e hidrantes, e sistemas de pressurização de água
13	Teste dos sistemas de recalque e de combate a incêndios, verificação dos acionamentos automáticos, das mangueiras e registros
14	Teste de operação e reparo das bombas de recalque e acessórios
15	Retrolavagem das centrais de filtro de água
16	Verificação, regulagem e reparos do fluxo de água e vazamentos de torneiras
17	Verificação e manutenção do escoamento de águas servidas para o esgoto (sifões, caixas sifonadas)
18	Limpeza e reparos em sistemas de drenagem e caixas de captação de águas pluviais
19	Verificação, substituição, reparos, pinturas das tubulações hidrossanitárias aparentes e enterradas
20	Ligação do prédio com a rede de esgoto com a companhia de abastecimento de água e coletora de esgoto
21	Qualificação e quantificação de materiais necessários ao serviço

### 3.3.3- Serviços em Instalações Cíveis

01	Demolição de pequenas áreas de paredes e pisos para execução de reparos nas instalações
02	Instalação, ajustes, reapertos e reparos em portas e janelas de madeira
03	Revestimentos de pisos e paredes de pequenas proporções (chapisco, emboco, reboco, cal fino, massa corrida, vinílicos, melamínicos)
04	Pinturas nos elementos atingidos por serviços de manutenção
05	Reparos em pavimentações externas (asfalto, saibro, brita, concreto, paralelepípedos)
06	Recuperação de caixas de visita, boca de lobo, de captação de águas pluviais, de gordura
07	Execução de impermeabilização e vedação de lajes, marquises, calhas
08	Substituição de telhas quebradas ou faltantes e recuperação de estruturas de coberturas
09	Manutenção e reparos de esquadrias metálicas e de madeira, incluindo armações, grades e portões de acesso
10	Substituição e reparos de trancas, fechaduras e molas hidráulicas
11	Reparos e ajustes de paredes e portas em divisórias
12	Reparos em acessórios prediais em madeira (corrimão, cantoneira, rodapé, etc.)
13	Colagem de carpetes, passadeiras e pisos vinílicos melamínicos e de borracha
14	Fixação de quadros e placas de sinalização
15	Lubrificação de ferragens de esquadrias e molas hidráulicas em geral



16	Eliminação de infiltrações nas paredes, tetos e muros, com a devida recuperação do revestimento
17	Qualificação e quantificação de materiais necessários ao serviço

### 3.3.4 – Serviços Diversos

01	Limpeza de caixas d'água, semestralmente (limpar com esponja ou escova de náilon macia e panos limpos, utilizar água sanitária para desinfetar). Após a limpeza, verificar a inexistência de ar na tubulação, bóia regularmente reinstalada e inexistência de vazamentos.
02	Manutenção de áreas verdes, trimestralmente (corte de grama, podas de pequenas árvores e arbustos, juntar os entulhos cujo descarte deverá ser providenciado pelo responsável local. Anualmente será efetuada revitalização das áreas verdes, após avaliação e com utilização de produtos não nocivos aos seres vivos e ao ambiente.

## 4 – DO PRAZO DE ENTREGA DOS SERVIÇOS, DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DO INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS

### 4.1 – Do prazo de entrega dos serviços:

**4.1.1** - Em regra, os serviços necessários em cada Fórum Eleitoral, conforme listagem recebida pelos funcionários da Contratada, deverão ser concluídos no prazo máximo de 02 (dois) dias, contados da apresentação no local (ao chefe de cartório) para início dos trabalhos. Para casos específicos e/ou serviços excepcionais serão fixados prazos pelos fiscais e/ou gestores da contratação.

### 4.2 – Do Instrumento de Medição de Resultados – IMR

**4.2.1** - Os serviços prestados, assim como o cumprimento pela contratada das obrigações administrativas e trabalhistas, devidamente comprovadas, serão avaliados pela área gestora por meio do IMR – Instrumento de Medição de Resultados, conforme formulário constante no ANEXO III. O resultado obtido servirá de parâmetro para o recebimento provisório dos serviços e consequente pagamento do valor faturado.

**4.3 – Do Recebimento do objeto:** o recebimento dos serviços será feito da seguinte forma:

#### 4.3.1 – Recebimento Provisório:

**a)** Provisoriamente, o recebimento se dará pela responsável do Fórum Eleitoral, firmando o Relatório de Manutenção preenchido pela equipe no local, quando serão aferidos se todos os serviços pendentes foram executados com a qualidade exigida por este Tribunal e cumpridas todas as disposições determinadas neste instrumento relativamente ao objeto contratado;

**b)** Caso seja constatado qualquer defeito/imperfeição nos serviços executados e/ou materiais utilizados, o serviço será recusado, devendo o responsável local informar ao Gestor Contratual, de imediato, para as providências

cabíveis junto à Contratada.

**4.3.2 – Recebimento Definitivo:** Constatada a regularidade dos serviços prestados e da documentação exigida, o Gestor efetuará o recebimento definitivo no prazo de 05 (cinco) dias úteis após a apresentação pela empresa, da nota fiscal e de todos os documentos trabalhistas e fiscais, anexando o atestado padronizado do TRE-PR, acompanhado da nota fiscal e demais documentos pertinentes.

## 5 – DA SUSTENTABILIDADE

**5.1** – A presente contratação envolve os três pilares do tripé da sustentabilidade:

**a) ambiental** quando propõe limpeza de caixas d'água periodicamente, de acordo com a legislação vigente, com utilização de produtos não prejudiciais à saúde do trabalhador e dos usuários do imóvel, e na manutenção de áreas verdes com a utilização de produtos sem componentes químicos não agressivos, visando minimizar os riscos potenciais ao ambiente e à vida humana, animal e vegetal;

**b) econômico** com a junção de várias atividades executadas pela mesma equipe, em único deslocamento/roteiro; e com contratação de serviços que atendam a qualidade esperada pelo TRE por meio de procedimento licitatório, permitindo ampla competição e obtenção do melhor preço. Além disso, a manutenção a imóveis próprios do Órgão deve ser efetiva a fim de preservar o patrimônio da União.

**c) social** quando destaca o indivíduo no seu campo de atuação, utilizando equipamentos que visam a segurança dentro de um ambiente de trabalho que prima pela sustentabilidade, evidenciando atitudes socialmente justas, atuando positivamente com ações que visem garantir a saúde, a segurança e a integridade física dos trabalhadores, com equipamentos que minimizem os perigos de acidentes. Além disso, a preservação do imóvel visa preservar o ambiente de trabalho e a qualidade de vida dos servidores e usuários da Justiça Eleitoral.

## 6 – DA LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

**6.1** - A contratação terá exigência de conformidade com as normas regulamentares pertinentes:

**6.1.1** - Convenção Coletiva de Trabalho da categoria, vigente.

**6.1.2 - NR-06** – dispõe sobre a obrigatoriedade de as empresas fornecerem aos empregados, gratuitamente, o EPI adequado ao risco, em perfeito estado de conservação e funcionamento;

**6.1.3 - NR-10** – que estabelece os requisitos e condições mínimas, objetivando a implementação de medidas de controle e sistemas preventivos, de forma a garantir a segurança e a saúde dos trabalhadores em instalações elétricas e serviços com eletricidade;

**6.1.4 - NR-12** - definem referências técnicas, princípios fundamentais e medidas de proteção para garantir a saúde e a integridade física dos trabalhadores e estabelece requisitos mínimos para a prevenção de acidentes e doenças do trabalho nas fases de projeto e de utilização de máquinas e equipamentos de todos os tipos;

**6.1.5 - NR-18** – estabelece diretrizes de ordem administrativa, de planejamento e de organização, que objetivam a implementação de medidas de controle e sistemas preventivos de segurança nos processos, nas condições e no meio ambiente de trabalho na Indústria da Construção;

**6.1.6 - NR-35** – estabelece as normas para empregador e empregado: deveres e parâmetros para execução de trabalho em altura com segurança e responsabilidade.

## **7 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**7.1** - Apresentar Procedimentos Técnicos de Trabalho, principalmente para trabalhos em altura, demonstrando que possui normatização de trabalho para os seus funcionários, o que será incluído no Plano de Gestão do Contrato pelo TRE.

**7.2** - Responsabilizar-se pela realização integral dos serviços contratados nos termos da legislação vigente, em especial a Lei 13.467/2017 (Reforma Trabalhista) e Convenção Coletiva de Trabalho.

**7.3** - Desempenhar os serviços de maior complexidade em horários que não interfiram no bom andamento da rotina de trabalho do Contratante, a critério do fiscal da contratação.

**7.4** - IDENTIFICAR PARA USO EXCLUSIVO DO TRE-PR TODOS OS EQUIPAMENTOS, FERRAMENTAS E MATERIAIS de forma a não confundir com similares de propriedade da Administração ou de outras empresas prestadoras de serviços ao TRE.

**7.5** – Disponibilizar os insumos, novos e sem uso, nos quantitativos e dimensões necessários ao perfeito funcionamento dos equipamentos fornecidos (brocas, discos, baterias, etc.).

**7.6** - Disponibilizar kit de ferramentas novas e sem uso, para cada funcionário e para todo o período contratual, que deverá ser composto no mínimo conforme a tabela a seguir:

**7.6.1 – Para cada posto de trabalho (total = 8 (oito)):**

ITEM	DESCRIÇÃO
01	Alicate amperímetro digital, categoria II, realiza medidas de tensão DC e AC, resistência e testes de diodo, continuidade. Abertura de garra de no mínimo 30 cm, alimentação com bateria de 9v. Marca de ref.: Minipa, Hikari
02	Alicate de bico 6" isolado para 1000V. Marca de ref.: Gedore, Vonder
03	Alicate de bomba d'água 10", aço cromo-vanádio, cabeça ajustável em 7 posições. Marca de ref.: Stanley, Vonder
04	Alicate para cortar, decapar e crimpar cabos de rede, conectores RJ45 e RJ11. Marca de ref.: Fertronica, MD9
05	Alicate de corte diagonal 6", cabo isolado para 1000V. Marca de ref.: Vonder, Stanley
06	Alicate de pressão 10", mordente curvo, com alavanca para destravar. Marca de ref.: Tramontina, Gedore
07	Alicate universal 8", aço vanádio, cabo isolado para 1000V. Marca de ref.: Gedore, Stanley
08	Badisco Digital, com identificador de chamada, cabo com garras para conexão à rede telefônica, um cabo modular 6x2 para conexão à linha telefônica. Marca de ref.: Multitoc, Intelbrás
09	Canivete de eletricista 3", material inox. Marca de ref.: Tramontina, Vonder
10	CAIXA PARA FERRAMENTAS em chapa de aço com 05 gavetas medindo no mínimo 40x20x21cm. Marca de ref.: Tramontina, Fercar
11	Jogo de chave Allen, com 09 chaves, material aço-vanádio. Marca de ref.: Gedore, Tramontina
12	Jogo de chave de fenda, cabo isolado – kit com no mínimo 5 peças. Marca de ref.: Tramontina, Stanley
13	Jogo de chave combinada, com medidas de 6 a 24mm. Marca de ref.: Stanley, Tramontina
14	Chave grifo 14", material aço carbono, abertura de 50mm. Marca de ref.: Brasfort, Vonder
15	Chave inglesa de boca ajustável 10", fosfatizada. Marca de ref.: Stanley, Vonder
16	Chave insersora de bloco (tipo bargoa), engate rápido. Marca de ref.: Pier Telecon, GC
17	Jogo de chave philips, cabo isolado, com no mínimo 5 unidades. Marca de ref.: Gedore, Tramontina
18	Jogo de chave tork tipo L, curto, com no mínimo 9 peças. Marca de ref.: Belzer, Fertak
19	Estilete profissional 6" com botão para travar a lâmina. Marca de ref.: Tramontina, Vonder
20	Rotuladora eletrônica para cabos. Marca de ref.: Dymo
21	Jogo de bits com no mínimo 25 peças. Marca de ref.: Bosch, Western
22	Lanterna recarregável, bivolt, compacta com no mínimo 1.000 lumens
23	Localizador de cabos (zumbador), alimentação com baterias de 9v, com 02 garras e ponteira Rj-11. Marca de ref.: Satlink, Spartec
24	Martelo de unha, polido, 20mm, cabo em madeira. Marca de ref.: Brasfort, Tramontina
25	Martelo de borracha, diâmetro da cabeça 60 mm, cabo em madeira. Marca de ref.: Vonder, Schebor
26	Marreta oitavada, 2 kg, cabo em madeira. Marca de ref.: Vonder, Tramontina
27	Nível de alumínio, base magnético, 02 visores para verificação na horizontal e vertical. Marca de ref.: Vonder, Tramontina
28	Talhadeira chata 1x12", material aço cromo-vanádio, largura 1", comprimento 12". Marcas de ref.: Stanley, Vonder
29	Testador de cabos de rede, bateria 9v, para conector Rj-11 e Rj-45. Marcas de ref.: Multitoc, Net Workbox
30	Trena de 5 metros, largura da fita 19mm, medição em milímetros e polegadas. Marcas de ref.: Starret, EDA

### 7.6.2 - Para cada equipe (total = 5 (cinco)):

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE (para cada equipe)
01	Jogo de brocas aço rápido, medidas de 1,0mm a 13mm com no mínimo 25 peças. Marcas de ref.: Rocast, Irwin	1 unidade
02	Jogo de brocas para concreto, medidas de 3,0mm a 12mm com no mínimo 12 peças. Marcas de ref.: Tramontina, Irwin	1 unidade
03	Esmerilhadeira angular, potência mín. 600 w, 127 v, acompanha 10 discos de corte. Marcas de ref.: Stanley, Dewalt	1 unidade
04	Jogo de formão, 03 peças medindo 4,10 e 20 mm, cabo em madeira. Marcas de ref.: Dexter	1 unidade
05	Martelete 900w, 110 v, para brocas SDS plus, com uma ponteira e uma talhadeira. Marcas de Ref.: Gamma, Bosch	1 unidade
06	Parafusadeira e Furadeira de impacto, alimentação bateria de 20 v, bateria tipo ions-Lítio. Tensão carregador bivolt. Marcas de ref.: Dewalt, Bosch	1 unidade
07	Transformador de solda, bivolt, aplicações E6013 de 2,5 mm e 3,25 mm. Marcas de ref.: ESAB, SOMAR	1 unidade
08	Parafusadeira e furadeira de impacto, alimentação bateria de 12 v, bateria tipo ions-Lítio, tensão carregador bivolt. Marcas de ref.: Dewalt, Vonder	1 unidade
09	Plaina elétrica profissional 127V, de no mínimo 500W. Marcas de ref.: Bosch, Dewalt	1 unidade
10	Jogo de Ponteira tipo fenda, longa, com 5 peças para parafusadeira. Marcas de ref.: Dewalt, Hamer	1 unidade
11	Jogo de Ponteira tipo Philips, longa, com 5 peças para parafusadeira. Marcas de ref.: Dewalt, Lotus	1 unidade
12	Serra circular, potência 1.800 w, tensão 127 v, para discos diâmetro 7.1/4", acompanhando 03 discos de corte para madeira. Marcas de ref.: Makita, Dewalt	1 unidade

7.6.3 - Para serviços de manutenção de áreas verdes deverão ser fornecidos, para cada equipe (total = 5 (cinco)), os seguintes materiais, todos novos e sem uso:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE (para cada equipe)
01	Cabo extensor para serrotes de poda, telescópico, aço carbono, comprimento estendido de 3 metros. Marca de ref.: Tramontina	1 unidade
02	Pazinha para jardinagem, larga, cabo de madeira. Marca de ref.: Tramontina, Palisad	1 unidade
03	Enxada larga, cabo de madeira de 150 cm. Marca de ref.: Tramontina, Vondec	1 unidade
04	Pá cortadeira de bico, cabo em madeira. Marca de ref.: Vonder, Pacetta	1 unidade
05	Pulverizador de mão, capacidade mínima 500ml, com borrifador em spray. Marca de ref.: Sanremo, Disma	1 unidade
06	Rastelo com no mínimo 15 dentes, cabo em madeira. Marca de ref.: Tramontina, Coyote	1 unidade
07	Roçadeira lateral a gasolina, motor de dois tempos, com carretel, faca e cinto, autonomia de 60 min., com cinco carretéis de reserva. Marca de ref.: Vonder, Skim	1 unidade
08	Serrote para poda de galhos, 12", com cabo apropriado para instalação em alongador. Marca de ref.: Tramontina, Stanley	1 unidade
09	Soprador de folhas a gasolina, motor de dois tempos com no mínimo 25,4 cilindradas, Potência de 01 HP. Marca de ref.: Tekna, Garthem	1 unidade
10	Tesoura para cortar grama e cerca viva, 12", cabo de madeira, lâmina de aço. Marca de ref.: Tramontina, Rio Chens	1 unidade
11	Tesoura para cortar galhos, em aço cromo vanádio com trava de segurança. Marca de ref.: Famastil, Tramontina	1 unidade

12	Vassoura caipira de piaçava, cabo em madeira, costura com 3 fios. Marcas de ref.: Goulart, Burin	1 unidade
----	--	-----------

**7.6.4 –** Deverá providenciar a substituição de equipamentos e materiais sempre que necessário para mantê-los em perfeitas condições de uso, por outros que atendam às características constantes no contrato, reportando a ação ao gestor do contrato para providências quanto à conferência e identificação.

**7.7 -** Fornecer uniformes **a todos os funcionários (total = 8 (oito))**. Compõem os kits de uniformes, em quantidades a ser definida pela empresa de forma a manter seus empregados devidamente uniformizados:

ITEM	DESCRIÇÃO
01	Blusa de lã ou jaqueta
02	Calça de sarja ou algodão, com logomarca da empresa
03	Camiseta manga curta de algodão com logomarca da empresa
04	Macacão em brim, manga curta
05	Sapatos com solado de borracha isolante

**7.7.1 –** A empresa deverá orientar os funcionários sobre os cuidados de higiene e conservação dos uniformes, de forma a garantir a adequada apresentação nos locais de trabalho.

**7.8 –** Fornecer a todos os funcionários, EPI's (equipamentos de proteção individual), nos moldes da NR 06, bem como ao fiel cumprimento, no que couber, de acordo com o serviço contratado, das Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e às demais normas referentes à saúde e segurança do trabalhador, porventura aplicáveis.

**7.8.1 –** Todos os itens deverão ser novos e sem uso. A empresa deverá orientar seus funcionários sobre a correta e obrigatória utilização dos EPIs. A entrega dos itens será fiscalizada pela gestão contratual.

**7.8.2 -** Sugere-se o fornecimento dos seguintes EPIs, podendo ocorrer inclusões ou exclusões de itens conforme os serviços contratados e de acordo com a legislação pertinente:

PROTEÇÃO	EQUIPAMENTO	TIPO DE RISCO
CABEÇA	Capacete de segurança	Queda ou projeção de objetos, impactos contra estruturas e outros.
	Capacete especial CAPACETE DE SEGURANÇA ABA FRONTAL COM JUGULAR	Equipamentos ou circuitos elétricos.
	Protetor facial	Projeção de fragmentos, respingos de líquidos e radiações UV.
	Óculos de segurança contra impacto ÓCULOS DE SEGURANÇA LENTE CINZA	Ferimento nos olhos
	Óculos de segurança contra respingos	Irritação nos olhos e lesões decorrentes da ação de líquidos agressivos.
	Máscara de proteção para o rosto	Projeção de fragmentos de vegetação e pedras quando da utilização da roçadeira.

	PROTETOR SOLAR FPS 30, em embalagens individuais de 200/400 ml	Radiação UV excessiva quando em atividades externas.
MÃOS E BRAÇOS	Luvras e mangas de proteção (couro, lona plastificada, borracha ou neoprene) LUVRA DE PROTEÇÃO DE POLIAMIDA	Contato com substâncias corrosivas ou tóxicas, materiais abrasivos ou cortantes, equipamentos energizados, materiais aquecidos ou radiações perigosas.
PÉS E PERNAS	Botas de borracha (PVC) BOTA DE SEGURANÇA COM BIQUEIRA DE MATERIAL ISOLANTE E COLARINHO ACOLCHOADO	Locais molhados, lamacentos ou em presença de substâncias tóxicas.
	Calçados de couro	Lesão do pé. Área energizada.
	Perneira de raspa	Ferimentos pelo contato dos fios de corte da roçadeira.
INTEGRAL	Cinturão de segurança tipo paraquedista de 4 pontos, fivela em aço não condutor de energia, ajuste no suspensório, cintura e pernas	Queda com diferença de nível.
AUDITIVA	Protetores auriculares	Nível de ruído superior ao estabelecido na NR-5 – Atividades e Operações Insalubres.
RESPIRATÓRIA	Respirador contra poeira	Trabalhos com produção de poeira.
	Respirador e máscara de filtro químico	Poluentes atmosféricos em concentrações prejudiciais à saúde.
TRONCO	Avental de raspa	Trabalhos de soldagem e corte a quente e de dobragem e armação de ferros e de manutenção de áreas verdes

**7.9 - Fazer seguro para seus empregados contra riscos de acidente de trabalho com cobertura adicional para despesas médico-hospitalares.**

**7.10 – Responsabilizar-se pelo pagamento das multas por infração do Código de Trânsito Brasileiro bem como pelas franquias de seguro de veículos nos sinistros, quando causados por seus empregados na execução dos serviços.**

**7.11 - Fornecer aos seus funcionários a quantidade de vales-transportes que se fizerem necessários para cobertura do trajeto residência/trabalho e trabalho/residência, ainda que para isso seja necessária a entrega de mais de um tipo de vales-transportes.**

**7.12 - Entregar, juntamente com a fatura mensal, cópias dos comprovantes de fornecimento de auxílio alimentação e transporte aos empregados, nos quais deverão constar: nome e matrícula do empregado, data da entrega, bem como a quantidade e o valor dos vales e, ainda, assinatura do empregado atestando o recebimento.**

**7.13 - Substituir definitivamente, sempre que exigido pelo CONTRATANTE e independentemente de justificativa por parte deste, qualquer profissional no posto de trabalho cuja atuação, permanência ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina da repartição ou ao interesse do serviço público. Fica vedado o retorno dos empregados substituídos às dependências do CONTRATANTE, para cobertura de licenças, dispensas, suspensão ou férias de outros profissionais.**

**7.14 - Nos impedimentos do profissional alocado, o substituto deverá possuir igual qualificação, em especial quanto aos cursos obrigatórios de segurança do trabalho (trabalhos em altura e energizados);**

**7.15** - A empresa deverá designar preposto, que não poderá ser o mesmo funcionário que desempenhará as funções executórias de manutenção, em formulário próprio, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos a partir da assinatura do contrato constando nome, endereço, número de documentos, telefone, e-mail, assim como os poderes que lhe cabem, devendo este atender aos chamados do TRE-PR no prazo máximo de 03 (três) horas.

**7.16** - Os serviços deverão ser supervisionados por um responsável técnico habilitado, Engenheiro Civil/Eletricista ou Arquiteto, designado formalmente pela Contratada (conforme item 9.3 "f" do edital), consoante Resolução 218 de 1973, do CONFEA, com as seguintes atribuições:

- a) Orientar procedimentos de execução e segurança do trabalho;
- b) Implantar rotinas e controles de serviços;
- c) Analisar e apresentar relatórios aos gestores;
- d) Acompanhar a execução dos serviços, garantindo a qualidade dos materiais e da mão-de-obra.

**7.17** - A Contratada obrigará-se a se manter em compatibilidade com a habilitação e com as obrigações assumidas na licitação até o adimplemento total da contratação.

## **8 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**8.1** – Maiores esclarecimentos poderão ser obtidos na Seção de Manutenção de Imóveis do Interior deste TRE/PR, das 12:00 às 19:00 hs, pelos telefones (41) 3330-8608 e (41) 3330-8606 ou e-mail [smin@tre-pr.jus.br](mailto:smin@tre-pr.jus.br).



## ANEXO II

### RELAÇÃO DE FÓRUMS ELEITORAIS DO INTERIOR DO ESTADO DO PARANÁ

Ordem	Fórum Eleitoral
1	Almirante Tamandaré
2	Altônia
3	Alto Paraná
4	Alto Piquiri
5	Andirá
6	Antonina
7	Apucarana
8	Arapongas
9	Arapoti
10	Araucária
11	Assaí
12	Assis Chateaubriand
13	Astorga
14	Bandeirantes
15	Barbosa Ferraz
16	Barracão
17	Bela Vista do Paraíso
18	Bocaiúva do Sul
19	Cambará
20	Cambé
21	Campina da Lagoa
22	Campina Grande do Sul
23	Campo Largo
24	Campo Mourão
25	Cândido de Abreu
26	Cantagalo
27	Capanema
28	Capitão Leônidas Marques
29	Carlópolis
30	Cascavel
31	Castro
32	Catanduvas
33	Centenário do Sul
34	Cerro Azul
35	Chopinzinho
36	Cianorte
37	Cidade Gaúcha
38	Clevelândia
39	Colombo
40	Colorado
41	Corbélia
42	Cornélio Procópio
43	Coronel Vivida

44	Cruzeiro do Oeste
45	Curiúva
46	Dois Vizinhos
47	Engenheiro Beltrão
48	Faxinal
49	Fazenda Rio Grande
50	Formosa do Oeste
51	Foz do Iguaçu
52	Francisco Beltrão
53	Goioerê
54	Grandes Rios
55	Guaíra
56	Guaraniaçu
57	Guarapuava
58	Guaratuba
59	Ibaiti
60	Ibiporã
61	Icaráma
62	Imbituva
63	Ipiranga
64	Iporã
65	Irati
66	Iretama
67	Ivaiporã
68	Jacarezinho
69	Jaguapitã
70	Jaguariaíva
71	Jandaia do Sul
72	Joaquim Távora
73	Lapa
74	Laranjeiras do Sul
75	Loanda
76	Londrina
77	Mallet
78	Mamborê
79	Mandaguaçu
80	Mandaguari
81	Mangueirinha
82	Manoel Ribas
83	Marechal Cândido Rondon
84	Marialva
85	Marilândia do Sul
86	Maringá
87	Marmeleiro
88	Matelândia
89	Matinhos
90	Medianeira

91	Morretes
92	Nova Esperança
93	Nova Londrina
94	Ortigueira
95	Palmas
96	Palmeira
97	Palmital
98	Palotina
99	Paraíso do Norte
100	Paranacity
101	Paranaguá
102	Paranavaí
103	Pato Branco
104	Peabiru
105	Pérola
106	Pinhais
107	Pinhão
108	Piraí do Sul
109	Piraquara
110	Pitanga
111	Ponta Grossa
112	Porecatu
113	Prudentópolis
114	Quedas do Iguaçu
115	Realeza
116	Rebouças
117	Reserva
118	Ribeirão do Pinhal
119	Rio Branco do Sul
120	Rio Negro
121	Rolândia
122	Salto do Lontra
123	Santa Fé
124	Santa Helena
125	Santa Isabel do Ivaí
126	Santa Mariana
127	Santo Antônio da Platina
128	Santo Antônio do Sudoeste
129	São Jerônimo da Serra
130	São João
131	São João do Ivaí
132	São João do Triunfo
133	São José dos Pinhais
134	São Mateus do Sul
135	São Miguel do Iguaçu
136	Sarandi
137	Sengés
138	Sertanópolis

139	Siqueira Campos
140	Teixeira Soares
141	Telêmaco Borba
142	Terra Boa
143	Terra Rica
144	Terra Roxa
145	Tibagi
146	Toledo
147	Tomazina
148	Ubiratã
149	Umuarama
150	União da Vitória
151	Uraí
152	Wenceslau Braz
***	Paranavaí

\*\*\* Barracão de 442m², edificação nova, locado em Paranavaí exclusivamente para armazenamento de materiais da Usina Fotovoltaica, com previsão de desocupação até setembro de 2019, quando do início de funcionamento da Usina.

## ANEXO III

### IMR – INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS

- 1- Índice de Medição de Resultados – IMR é o ajuste escrito, anexo ao contrato, entre o Órgão Contratante e a Empresa Contratada que define em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis dos níveis esperados de qualidade da prestação dos serviços e as respectivas adequações de pagamento.
- 2- Objetivo a atingir: prestação de serviços com elevado nível de qualidade.
- 3- Forma de Avaliação: definição de situações (indicadores) que caracterizem o não atingimento do objetivo e atribuição de grau de correspondência de 1 a 5, de acordo com os indicativos e metas a cumprir, compreendendo glosas de 0,2% a 2% do valor mensal contratado.
- 4- Apuração: Ao final de cada período de apuração (mensal – 01º a 30) o gestor do contrato preencherá a planilha apontando, se houver, as ocorrências e o cálculo do percentual de glosa e apresentará, em até 3 (três) dias úteis, o “Relatório de Ocorrências Verificadas e Qualidade Percebida”, ao preposto da contratada para conhecimento do valor a ser recebido no mês, e ajustado o cumprimento das metas e do acordo e adoção das medidas recomendadas, se houver.
- 5- Indicativos e respectivos índices:

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2 % do valor mensal do contrato
2	0,4 % do valor mensal do contrato
3	0,6 % do valor mensal do contrato
4	1,0 % do valor mensal do contrato
5	2,0 % do valor mensal do contrato

Indicativo 1	Cumprimento das rotinas de manutenção preventiva
Meta a cumprir	Realizar as manutenções preventivas, conforme cronograma estabelecido.
Tipo de ocorrência	Não realizar as manutenções preventivas nos prazos definidos no cronograma.
Forma de Aferição	Pelos fiscais/gestores do contrato, pessoalmente e por meio de relatórios.
Grau de Correspondência	4, por ocorrência.

Indicativo 2	Celeridade no atendimento de manutenções corretivas
Meta a cumprir	Manter a funcionalidade das edificações.
Tipo de ocorrência	Deixar de realizar os serviços de manutenções corretivas no prazo estabelecido no contrato, especialmente as emergenciais.
Forma de Aferição	Pelos fiscais/gestores do contrato, através de acompanhamento de execução de serviços.
Grau de Correspondência	5, por ocorrência

<b>Indicativo 3</b>	<b>Disponibilidade de ferramentas, equipamentos e materiais de manutenção.</b>
Meta a cumprir	Restabelecer os equipamentos que apresentarem defeitos, com rapidez, dentro do prazo limite estabelecido no contrato.
Tipo de ocorrência	Atrasar ou deixar de executar serviços por falta de ferramentas, equipamentos ou de fornecimento de materiais autorizados pelos gestores.
Forma de Aferição	Pelos fiscais/gestores do contrato, através de acompanhamento da execução dos serviços.
Grau de Correspondência	4, por ocorrência.

<b>Indicativo 4</b>	<b>Cumprimento de obrigações trabalhistas</b>
Meta a cumprir	Pagamento das obrigações trabalhista nos prazos, conforme legislação.
Tipos de ocorrências	1. Atraso no pagamento de salários, férias, e outros benefícios. 2. Reincidência de erros, nos cálculos de folha de pagamento.
Forma de Aferição	Pelos fiscais/gestores do contrato, através de pesquisa junto aos prestadores de serviços, e pela conferência da documentação apresentada junto com a Nota fiscal.
Grau de Correspondência	4 por ocorrência

<b>Indicativo 5</b>	<b>Cumprimento de Obrigações Acessórias ao Contrato</b>
Meta a cumprir	Indicar preposto atuante, fornecer uniformes, entregar documentação comprobatória, manter canal de comunicação aberto para as resoluções da contratação.
Tipo de ocorrência	Falta de indicação ou de atuação do preposto indicado, deixar de entregar uniformes, dificultar a comunicação ou não responder tempestivamente as solicitações dos fiscais e gestores.
Forma de Aferição	Pelos fiscais/gestores do contrato, por meio de acompanhamento da execução contratual e registro de ocorrências.
Grau de Correspondência	2, por ocorrência.

<b>Indicativo 6</b>	<b>Reposição e Qualificação de mão de obra</b>
Meta a cumprir	Fornecer mão de obra qualificada para compor a equipe de trabalho.
Tipos de ocorrências	Disponibilizar mão de obra sem qualificação para compor equipe de trabalho, inclusive nas reposições de férias e outros afastamentos.
Forma de Aferição	Pelos fiscais/gestores do contrato, através de pesquisa e análise de documentação.
Grau de Correspondência	3, por ocorrência.

<b>Indicativo 7</b>	<b>Falta de comunicação/atuação do preposto</b>
Meta a cumprir	Manter um canal de comunicação aberto, com resposta e ações tempestivas por parte do preposto;
Tipos de ocorrências	1. Não responder as mensagens no prazo estipulado pelo gestor; 2. Não tomar medidas para sanar problemas e/ou corrigir falhas;
Forma de Aferição	Pelos fiscais/gestores do contrato, por meio de registro de emails.
Grau de Correspondência	1, por ocorrência.

<b>Indicativo 8</b>	<b>Requisitos de sustentabilidade e Segurança</b>
Meta a cumprir	Cumprir e fazer cumprir as normas e medicina do trabalho.
Tipos de ocorrências	1. Não implementar tempestivamente o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA 2. Não separar resíduos sólidos, deixar de economizar água e energia elétrica.
Forma de Aferição	Pelos fiscais/gestores do contrato, através de observação e registro.
Grau de Correspondência	2, por ocorrência.

## ANEXO VI

### DECLARAÇÃO DE OPÇÃO DA SISTEMÁTICA DE RECOLHIMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

(Art. 9º, § 6º da IN RFB nº 1436/2013)

<i>CNPJ</i>
<i>NOME EMPRESARIAL</i>

Declaro, sob as penas da Lei, para fins do disposto no art. 9º, § 6º, da Instrução Normativa RFB nº 1436/2013, que a empresa acima identificada recolhe a contribuição previdenciária incidente sobre o valor da receita bruta, em substituição às contribuições previdenciárias incidentes sobre a folha de pagamento, previstas nos incisos I e III do caput do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, na forma do caput do art. 7º (ou 8º) da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011. Declaro também ter conhecimento de que a opção tem caráter irretratável.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.  
Local Data

Representante legal

Nome:
Qualificação:
CPF:
Assinatura: